FOLHA DE SÃO PAULO | 26/07/18 | EDITORIAL

Desperdício social

A despeito de alguns ataques pela direita e de temores propagados pela esquerda, parece claro que o vultoso aparato de proteção social a cargo do Estado brasileiro resistirá à alternância de poder.

Trata-se de um amplo conjunto de programas e serviços nas áreas de Previdência, saúde, assistência e amparo ao trabalhador, definido pela Constituição de 1988 no capítulo da seguridade.

Nesse período, tais políticas tiveram expansão vigorosa, a ponto de hoje somarem mais da metade do Orçamento federal —R$ 950 bilhões no ano passado.

Não será exagero afirmar que o desenvolvimento dessa rede de ações constitui um esteio da redemocratização —e um avanço civilizatório que, felizmente, não conta com adversários dispostos ao suicídio político de combatê-lo.

Entretanto o colapso orçamentário da União tornou urgente que se repensem regras e procedimentos da seguridade, sob pena de vê-la inviabilizada num futuro já visível.

Há programas insustentáveis, caso do sistema de aposentadorias e pensões por morte; não faltam também os mal formulados e pouco eficazes no combate à pobreza e à desigualdade. Por fim, é preciso estreitar a fiscalização e as margens para fraudes e desvios.

Reportagem publicada por esta Folha dá ideia de como os recursos podem ser desperdiçados. Revelou-se que, desde o segundo semestre de 2016, o governo detectou cerca de R$ 10 bilhões em pagamentos indevidos no Bolsa Família, na aposentadoria por invalidez e no auxílio-doença.

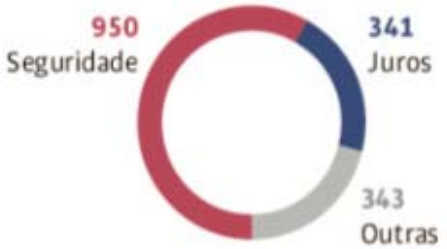
Não é, decerto, a primeira vez que se fazem monitoramentos do gênero: o auxílio-doença, em particular, é alvo de escrutínio desde a década passada, quando desembolsos dispararam sem razão aparente.

Esse controle, porém, precisa ser geral e permanente, contemplando ainda a revisão de normas que estimulam irregularidades. Caso notório é o do seguro-defeso, oferecido a pescadores artesanais, que levou à multiplicação de pessoas que declaravam tal profissão.

Por melhor que seja, o cerco às fraudes não basta para corrigir o enorme desequilíbrio financeiro da seguridade social; é fundamental, porém, para que seus programas operem de maneira mais justa e eficaz, atendendo de fato a quem mais deles necessita.

Seguridade representa 58% do Orçamento federal

Executado em 2017, em R$ bilhões



Fontes: Planejamento e BC

FOLHA DE SÃO PAULO | 26/07/18 | OPINIÃO

Siga o dinheiro

FERNANDO CANZIAN

Depois de 21 anos de ditadura e uma década de caos inflacionário com Sarney, Collor e Itamar, o Brasil finalmente encontrou um caminho seguro a partir de 1995, quando o Plano Real vingou com desempenhos macroeconômicos razoavelmente responsáveis de FHC e Lula.

O tucano estabilizou a economia e saneou o sistema financeiro; o petista manteve as condições para o crescimento e patrocinou uma inédita inclusão social. No final dos 16 anos da dupla, o país foi ao ápice: 7,5% de crescimento em 2010 e contas internas e externas em ordem.

Com as políticas de Dilma 1, o crescimento médio baixou para 2,3%. No período Dilma 2/Temer, ficaremos no vermelho e com a maior das recessões no meio do caminho.

O resumo é que, mesmo com as contas externas ainda arrumadas, o Brasil quebrou internamente —e precisa agora de cerca de R$ 250 bilhões a mais por ano para conter a explosão da dívida pública.

Essa sequência tem lógica e pode ser entendida a partir das rubricas de receitas e gastos no Orçamento. É pelo seu exame que o próximo presidente poderia nos tirar do abismo.

Mas não é tão simples. Nesses mais de 30 anos, o Orçamento público foi sendo capturado por dois grandes grupos, os servidores estatais e a classe política, que passaram a se apropriar cada vez mais das receitas.

Além de ganhar mais na ativa, os servidores aposentados custam ao Tesouro 13 vezes mais, em média, que os beneficiários privados no INSS.

Na política, o presidente foi enfraquecido quando os partidos se multiplicaram no Congresso, saltando de 19 para 28 entre a primeira e a última eleição pós-redemocratização.

Enquanto servidores seguem obtendo aumentos, a maioria parlamentar hoje é formada de empresários e ruralistas. E eles arrancaram do Orçamento três centenas de isenções tributárias de 2010 a 2017, ano em que somaram mais de R$ 270 bilhões.

Certamente o próximo presidente será importante. Mas é preciso seguir o dinheiro para ver quem de fato agora gira a chave do cofre.

FOLHA DE SÃO PAULO | 26/07/18 | MERCADO

Errantes navegantes

LAURA CARVALHO

Conforme destacado neste espaço na quinta (19) e em reportagem publicada pela Folha na segunda (23), o FMI reduziu as projeções de crescimento da economia brasileira de 2,3% para 1,8% em 2018.

Embora o relatório tenha responsabilizado sobretudo a paralisação dos caminhoneiros e incertezas ligadas às eleições deste ano, não é a primeira vez que o Fundo muda suas expectativas de crescimento para o nosso PIB desde o início da crise: foram mais de dez revisões no crescimento projetado desde abril de 2014.

O grande número de alterações faz lembrar a sucessão de erros do Fundo quando projetou a retomada das economias da periferia europeia no pós-crise. As frustrações foram tantas que levaram seu departamento de pesquisa a fazer um mea-culpa, com grande repercussão à época.

No artigo intitulado "Growth Forecast Errors and Fiscal Multipliers", publicado em janeiro de 2013, os autores, o então economista-chefe do FMI, Olivier Blanchard, e o pesquisador Daniel Leigh, concluíram que, "nas economias avançadas, consolidações fiscais mais fortes estiveram associadas a um crescimento menor que o esperado".

"Uma interpretação natural é que os multiplicadores fiscais foram substancialmente mais altos do que o assumido implicitamente pelos que realizavam as projeções", resumiram.

Quando confrontados com a forte evidência empírica de que os cortes de gastos e investimentos públicos adiaram muito a retomada em países como Grécia e Portugal, muitos analistas sustentam a tese de que nosso caso é diferente.

Nas economias latino-americanas, os multiplicadores fiscais, que medem o tamanho da redução do nível de renda e emprego nas economias após um corte nos gastos públicos, por exemplo, seriam menores do que nos países ricos. Alguns chegaram a defender a visão extrema de que, nos trópicos, os cortes no Orçamento poderiam até estimular o crescimento.

Os resultados de um novo estudo publicado pelo FMI, em junho de 2018, contradizem essa tese. No Working Paper 18/142, intitulado "Macroeconomic Effects of Fiscal Consolidation in Emerging Economies: Evidence from Latin America", os pesquisadores Yan Carrière-Swallow, Antonio David e Daniel Leigh montaram nova base de dados a partir dos ajustes fiscais anunciados e implementados nos países latino-americanos entre 1989 e 2016 e concluíram que a redução dos diferentes componentes do PIB causada pelos cortes de gasto e/ou aumentos de imposto é de magnitude muito similar à encontrada para os países ricos.

As estimativas do estudo sugerem que um corte de gastos no valor de 1% do PIB provoca contração de 0,9% na renda das

economias da América Latina após dois anos, ante 0,7% nos 17 países da OCDE que compõem a base de dados analisada. Já o efeito sobre o desemprego é um aumento de 0,3 pp (ponto percentual) na América Latina, ante 0,5 pp nos países ricos, que têm grau menor de informalidade.

As evidências acumuladas ao redor do mundo apontam para um efeito ainda maior no caso de um ajuste baseado no corte de investimentos públicos: o estudo de Manoel Pires de 2014, por exemplo, estimou um multiplicador de investimentos de 1,4 para o Brasil (ante -0,28 no caso das elevações de imposto).

Diante da queda no total de investimentos feitos por governos estaduais, municipais, federal e empresas estatais de 3,9% do PIB em 2014 para 2% do PIB em 2017 —um patamar inferior ao de 1999, segundo dados do relatório da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado—, não surpreende que estejamos na mais lenta recuperação da história das crises brasileiras.

Laura Carvalho
Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, autora de "Valsa Brasileira: do Boom ao Caos Econômico".

O GLOBO | 26/07/18 | ECONOMIA

Previdência complementar não atrai servidores públicos federais

Prazo de adesão termina domingo, e só 5.900 funcionários migraram

NELSON LIMA NETO

O servidor que ingressou no serviço público federal antes de fevereiro de 2013 tem até o próximo domingo para optar pela migração ao Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Em 2016, uma nova lei estendeu o prazo de adesão para este grupo de funcionários. Até o momento, a possibilidade não tem cativado o funcionalismo, como antecipou o jornal "Folha de S.Paulo" . Segundo o Ministério do Planejamento, 423 mil servidores públicos podem optar pela mudança. Mas, segundo o Funpresp, 5.900 realizaram a migração. As variáveis que envolvem a migração não são poucas. Hoje, no caso dos servidores anteriores a 2013, todos têm direito à aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) sobre cálculo da média das 80% maiores contribuições realizadas na atividade. A mudança para a previdência complementar vai limitar o benefício ao teto do INSS (de R$ 5.645,80, atualmente), o que reduziria o valor recebido no caso de servidores próximos da aposentadoria ou com idade elevada.

Funcionam como atrativos oferecidos pela União a oferta de um benefício especial — que será calculado sobre a diferença entre o vencimento bruto e o teto do INSS durante o período contributivo anterior à migração — e a possibilidade de acumular uma previdência complementar pelo Funpresp até a aposentadoria (veja quadro ao lado). Cerca de 4.700 dos 5.900 que migraram para o Fundo já optaram pela previdência complementar. Cálculos do Funpresp mostram que 200 mil funcionários se encaixam no perfil indicado para aderir. — Como há muitas variáveis envolvidas, o mais indicado é o servidor simular como ficará o seu benefício ao se aposentar — alerta o especialista em serviço público Rudi Cassel, do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados.

REDUÇÃO HOJE, ALÍVIO NO FUTURO

É possível simular o valor do benefício especial no site do Funpresp (www.funpresp.com.br) Para a União, haverá um impacto imediato na arrecadação do RPPS, já que, com a migração, o desconto de 11% passa a incidir sobre o teto do INSS (hoje de R$ 5.645,80) e não mais sobre o bruto do salário do servidor ativo. Por outro lado, haverá um alívio futuro para a Previdência, pois as aposentadorias estarão limitadas ao valor do teto do INSS.

Perguntas e respostas

Quem pode migrar?
O servidor público que ingressou na administração federal antes de 4 de fevereiro de 2013 (Executivo) ou antes de 7 de maio de 2013 (Legislativo).

Após a migração, como ficam os valores que foram pagos ao Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS)?
O servidor terá direito a dois benefícios: o que será pago pelo RPPS, no limite do valor pago pelo INSS (hoje de R$ 5.645,80), e um segundo, identificado como "benefício especial", a ser pago pela União, de acordo com o cálculo da média das 80% maiores remunerações no serviço público e o tempo de contribuição até o momento da migração. Os dois proventos são vitalícios.

Após a migração, a adesão ao Funpresp é automática?
Não. Após a migração, o servidor pode optar ou não pela adesão. Ao migrar, o servidor terá direito à aposentadoria no limite do teto do INSS e ao benefício especial proposto pela União. Ele passará a ser descontado em 11% sobre o teto do INSS, e não mais sobre o valor bruto do salário. Caso não faça a migração, o servidor seguirá descontado 11% sobre o bruto e não terá direito ao benefício especial.

Como funciona a contribuição complementar ao Funpresp?
O servidor que fizer a adesão ao Funpresp pode contribuir com 7,5%, 8% ou 8,5% sobre a diferença entre o teto do INSS e o valor bruto recebido mensalmente. O fundo se compromete a aplicar o mesmo valor repassado pelo funcionário para aplicação até o limite de 8,5% do salário.

O servidor com remuneração abaixo de teto do INSS pode realizar a migração?
Sim. O funcionário poderá fazer a adesão ao Funpresp e será caracterizado como "participante ativo alternativo", sem a contrapartida do fundo. Ele será descontado em 11% sobre o salário, além de acumular o percentual para o fundo complementar.

Como fazer a migração?
A troca de regime pode ser feita pelo Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), até as 23h59m de domingo, dia 29, ou diretamente na área de Recursos Humanos do órgão de lotação, até amanhã.

O ESTADO DE S. PAULO | 26/07/18 | ECONOMIA

Governo monta força-tarefa para leilão

Toffoli manteve venda de distribuidora da Eletrobrás, marcada para hoje; AGU acompanha ações na Justiça para barrar possíveis liminares

Anne Warth / BRASÍLIA

O governo montou uma força-tarefa para monitorar qualquer decisão judicial que possa impedir o leilão da Cepisa, distribuidora da Eletrobrás no Piauí. O leilão da empresa está marcado para hoje na B3, em São Paulo. A Advocacia- Geral da União (AGU) está acompanhando em tempo real a movimentação em diversas instâncias judiciais nas quais advogados dos empregados estão atuando.

Na noite de ontem, o presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, manteve o leilão da Cepisa, em duas decisões sobre o tema. Ele negou o pedido de medida liminar do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí para barrar o leilão e, em outro processo, não viu urgência no pedido do governo do Estado para a imediata suspensão da desestatização da distribuidora, o que, na prática, mantém o leilão. Pedidos para suspender o leilão também foram negados pela Justiça Federal do Piauí e do Rio de Janeiro e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-1).

Dívida. A Cepisa será a única das seis distribuidoras da Eletrobrás leiloada hoje – diante das dívidas da empresa, de R$ 2,4 bilhões, a licitação terá valor simbólico de R$ 50 mil. As distribuidoras que atuam no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia serão vendidas no dia 30 de agosto, após a aprovação de projeto de lei que equaciona pendências das empresas no Senado. Uma liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski impede o leilão da distribuidora de Alagoas, Ceal.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a Cepisa a aumentar a tarifa em 8,52% em 2017. Vencerá o leilão quem oferecer maior desconto sobre esse índice aos consumidores. O lance mínimo é de desconto de 61,31%, o que reduziria a tarifa em 5,22% para os consumidores. O desconto máximo será de 8,52% e, caso esse índice seja atingido e ainda houver interessados, a disputa se dará pelo maior bônus de outorga a ser pago ao Tesouro. O sucesso da venda da Cepisa se tornou questão primordial para o governo.

É preciso dar um sinalização positiva aos acionistas da Eletrobrás para convencê- los a votar a favor da prorrogação da prestação temporária de serviços das distribuidoras. O prazo se encerra no dia 31 e é preciso estendê-lo até 31 de dezembro. Se não for aprovado, será preciso liquidar as empresas, encerrar os serviços e demitir os trabalhadores. A assembleia está marcada para 30 de julho.

Plantão. Para evitar riscos, o governo colocou dezenas de advogados e procuradores dedicados ao plantão. Entre os envolvidos estão procuradores da AGU em todo o País e consultores jurídicos dos ministérios do Planejamento, Fazenda e Minas e Energia, além de escritórios contratados pela Eletrobrás e pelo BNDES, que conduz o leilão.

O governo do Piauí tentou no STF ter o tratamento dado por Lewandowski para a Ceal – uma ação do Estado de Alagoas contra a União cobra ressarcimento pela venda da companhia, assumida pela Eletrobrás há 20 anos, e, em contrapartida, a redução da dívida estadual. O BNDES não divulgou os interessados em comprar o controle da empresa, mas confirmou ter recebido propostas.

RAIO X

● Cepisa, no Piauí, será a primeira distribuidora da Eletrobrás a ser leiloada

Patrimônio líquido negativo (valor da empresa)	**R$ 1,221 bilhão**
Endividamento total	**R$ 2,4 bilhão**
Prejuízo acumulado nos últimos cinco anos	**R$ 1,510 bilhão**
Investimento a ser realizado no ato da compra	**R$ 720,9 milhões**
Valor simbólico de venda	**R$ 50 mil**
Número de empregados	**2.057**
Salário médio	**R$ 8.077,35**

FONTE: BNDES INFOGRÁFICO/ESTADÃO